

Organização social para a consolidação do sistema pluralista de extensão rural: uma experiência ilustrativa

Tatielle Belem Langbecker¹

Resumo

Este artigo tem como objetivos realizar um resgate em materiais bibliográficos e institucionais, que tratem da trajetória da extensão rural uruguaia, e analisar a proximidade, ou distanciamento, com ideias das agências internacionais de desenvolvimento sobre a função das organizações sociais frente ao modelo pluralista de extensão rural. Além disso, foi realizada uma visita em uma cooperativa agrária de pecuaristas familiares em Rivera/Uruguai, proporcionando um contato ilustrativo com a problemática em discussão. A condução metodológica fundamenta-se na abordagem qualitativa de pesquisa e delinea-se como pesquisa descritiva. Foram analisados materiais das agências internacionais de desenvolvimento GFRAS, RELASER, FAO e MEAS, identificando o conteúdo sobre organização social e extensão rural. Verifica-se um esforço em estimular a formação e consolidação de organizações sociais de produtores rurais, pautando-se na autonomia destas. Por outro lado, tal autonomia parece ter sentido instrumental aos interesses do pluralismo institucional e, ao distanciamento com a prestação de serviços públicos; portanto situa a problemática em um campo de ambiguidades.

Palavras-chave: Organização social. Agricultores familiares. Pecuária familiar.

Social organization for consolidation of the pluralist system of rural extension: an illustrative experience

Abstract

This article aims to retrieve bibliographical and institutional materials that deal with the trajectory of Uruguayan rural extension, and to analyze the proximity, or distance, with ideas from international development agencies on the role of social organizations in the face of the pluralist extension model rural. In addition, a visit was made to an agrarian cooperative of family ranchers in Rivera/Uruguay, providing illustrative contact with the issue under discussion. The methodological approach is based on the qualitative research approach and is outlined as descriptive research. Materials from the international development agencies GFRAS, RELASER, FAO and MEAS were analyzed, identifying the content on social organization and rural extension. The reading shows an effort to stimulate the formation and consolidation of social organizations of rural producers, based on their autonomy. On the other hand, such autonomy seems to have an instrumental meaning to the interests of institutional pluralism and, more precisely, to distance with the provision of public services; therefore, it situates the problem in a field of ambiguities.

Keywords: Social organization. Family farmers. Family livestock.

1 Introdução

A discussão internacional sobre os rumos da extensão rural é impulsionada por um grupo de organizações de cooperação internacional que passa a questionar a orientação de suas ações e, assim estabelece diálogos no intuito de promover consensos entre as partes. Esse espaço é inaugurado, em meados dos anos 1990, pela chamada iniciativa de Neuchâtel, na Suíça, ganhando reconhecimento pelo caráter informal de seus debates circunscritos no

¹ Doutorado em Extensão Rural (PPGEXR/UFSM). Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: tatielle.belem@gmail.com

desenvolvimento de estudos estratégicos, no fortalecimento das relações entre agências de cooperação e na busca por concordância de construções temáticas específicas (DIESEL, 2012).

A iniciativa Neuchâtel permaneceu até 2009 (último encontro em Assis na Itália), quando optou-se pela consolidação de uma estrutura formal que atendesse à defesa da extensão rural em nível mundial (DIESEL, 2012). Para tanto, cria-se o *Global Forum Rural Advisory Services* (GFRAS) formado por redes regionais de serviços de extensão rural constituídas de plataformas nacionais, na intenção de alcançar os agricultores para auxiliá-los em suas capacitações e na sua integração aos sistemas de inovação agrícola (GFRAS, 2015).

A primeira fase do GFRAS (2010-2015) trabalhou pelo surgimento e consolidação de redes de serviço de extensão rural (regional, sub-regional e nacional), cruciais para os sistemas de inovação agrícola, para a inserção dos agricultores nesses processos, assim como o desenvolver de suas capacidades. Em um segundo momento (2015 em diante), o GFRAS (2015) passa a dedicar-se ao fortalecimento de suas capacidades institucionais e organizacionais para, na sequência, poder usufruir de suas potencialidades.

No entanto, anterior ao contexto atual, retomando a iniciativa de Neuchâtel, no documento *Common Framework on Agricultural Extension*, com sua primeira edição em 1999, havia a preocupação em tratar elementos que resultassem em consensos entre as agências de cooperação facilitando suas entradas para o desenvolvimento de políticas. Assim, o documento traz seis principais propostas que contribuiriam para tal, sendo que uma delas aproxima-se de debates temáticos atuais, ou seja, a importância em garantir que todas as atividades de extensão estejam dando o devido apoio à formação agrícola, às organizações de produtores e à pesquisa agrícola (NEUCHÂTEL GROUP, 2007).

A formação e a pesquisa agrícola podem facilmente revelar componentes dos conhecidos pacotes agrícolas tecnológicos. Já a relação com o apoio às organizações de produtores traz alguns elementos a serem pontuados teoricamente, especialmente, no que concerne às percepções das agências internacionais de desenvolvimento sobre os contextos e funções dessas organizações frente aos serviços de extensão rural.

Nesse contexto de investigação temática sobre a organização social de produtores é que foi realizada a experiência empírica visitada, em uma cooperativa de pecuaristas familiares em Rivera/Uruguai, despertou interesse de conhecimento. Suas características instigam a busca por referências que contribuam para sua compreensão ou, que ao menos, despertem possíveis linhas de interpretações.

Pensando nisso, possivelmente, parte das reconfigurações dos serviços de extensão rural pode estar motivando a organização de produtores rurais partindo de uma perspectiva que os instiga como clientes em potencial, ou melhor, tornando permanente a ideia da reconversão do público dos serviços de extensão rural de beneficiários a clientes (NEUCHÂTEL GROUP, 2007). Nesta linha, questiona-se: o modelo teórico que busca parte da viabilização da extensão rural pluralista a partir da inserção no mercado e autonomia das organizações de produtores estaria presente em uma determinada cooperativa agrária no departamento de Rivera/Uruguai?

Para isso, refletindo a partir da experiência visitada, como objetivos busca-se fazer um resgate em materiais bibliográficos e institucionais que tratem da trajetória da extensão rural uruguaia e analisar a proximidade, ou distanciamento, com ideias das agências internacionais de desenvolvimento sobre a função das organizações sociais frente ao modelo pluralista de extensão rural; além disso, as narrativas dos sujeitos da experiência visitada também contribuem para a reflexão. As discussões presentes nas agências internacionais de desenvolvimento como GFRAS, RELASER, FAO e MEAS, sobre organização social e extensão rural, são, brevemente, pontuadas e contribuem para entender posições normativas sobre a temática da organização social suscitando relações com o empírico experienciado.

2 Agências internacionais de desenvolvimento: uma breve leitura sobre a organização social

Nas primeiras discussões internacionais sobre a extensão rural, a temática da organização social surge inserida nos compromissos consensuais entre os participantes da Iniciativa de Neuchâtel. Nesses compromissos encontra-se, além da busca pela facilitação de financiamentos aos agricultores e suas organizações, a garantia que as atividades de extensão rural apoiem as organizações de produtores, perpassando algumas das ideias basilares do consenso internacional (DIESEL, 2012).

O debate remonta às reconfigurações dos serviços de extensão rural e a orientação para a demanda se faz presente. No entanto, este aspecto tem causado dificuldades na formulação e articulação das demandas de pequenos agricultores e, por isso, o enfoque nas organizações de produtores é argumentado, por Chipeta (2006), como forma de melhor organizar a demanda de pequenos agricultores pelos serviços de extensão rural.

O desenvolvimento de organizações de produtores pode facilitar o processo de definição de demanda, negociação com os prestadores de serviços e, ainda, afinar o potencial das

organizações como clientes. Desta forma, a heterogeneidade dos agricultores pode ser reduzida em virtude de demandas semelhantes facilitando o processo de negociação (CHIPETA, 2006).

Da mesma forma, autores como Rondot e Collion (2001) ao verificarem motivos para o fortalecimento de organizações de produtores, salientam a importância das mesmas como instrumento para a facilitação de mudanças em processos técnicos, econômicos e institucionais. Para os autores, as mudanças de paradigma nos serviços agrícolas fundamentam-se na adaptação às demandas de seus clientes, logo, se faz necessário o aperfeiçoamento da capacidade de tradução e transmissão das demandas das organizações. Em paralelo, nota-se recorrente a afirmação das organizações de produtores como clientes dos serviços de extensão rural e, sua decorrente necessidade de organização das demandas para a facilitação do processo que aproxima produtores aos serviços prestados.

Essas notas introdutórias revelam elementos que tratam das organizações de produtores como clientes da extensão rural. É a partir daí que a sequência do texto busca, brevemente, mostrar as proximidades/distanciamentos de agências internacionais de desenvolvimento direcionadas à extensão rural com a abordagem. O intuito é demonstrar as posições normativas frente à temática e, elencar uma instituição que se aproxime da discussão empírica proposta.

2.1 A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) é líder em estratégias que buscam a erradicação da fome, atuando em mais de 130 países pela busca de alternativas em segurança alimentar que garantam o acesso aos alimentos de boa qualidade (FAO, 2018). Em específico na América Latina, a extensão rural permeia um dos cinco objetivos estratégicos da atuação da FAO para o alcance de seu ideal maior. Este item revela o melhoramento das instituições de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como instrumento essencial para a erradicação da fome na América Latina (BENÍTEZ, 2016).

Várias das iniciativas da FAO que tratam da ATER na América Latina são realizadas em parceria com a Rede Latinoamericana de Serviços de Extensão Rural (RELASER), assim como contando com financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Isso indica que parte das instruções normativas perpassem acordos entre as instituições envolvidas, como por exemplo, a orientação voltada à demanda dos serviços de ATER.

Essa perspectiva, orientação à demanda, recorreu das reconfigurações paradigmáticas da extensão rural sendo adotada como elemento central para as abordagens relativas à extensão

rural. Nos documentos e estudos FAO a abordagem está presente apontando o conceito base, de extensão rural, proposto pelo GFRAS, como fio condutor das discussões. Em publicações como, por exemplo, “Asistencia técnica y extensión rural participativa en América Latina” fica clara sua adoção (FAO, 2016).

Nesse sentido, pensando as organizações de produtores como instrumentais e facilitadoras aos serviços de extensão rural, a FAO atribuiu, especialmente em 2014 no Ano da Agricultura Familiar, às organizações de produtores (OP’s) e às cooperativas papel central à agenda do desenvolvimento global; ou melhor, às OP’s e cooperativas passam a ocupar o coração da agenda mundial de desenvolvimento. Nesse escopo, as organizações de produtores passam a ser reconhecidas como parceiros estratégicos da FAO na caminhada pelo objetivo da erradicação da fome (FAO, 2015).

Com esse propósito, o Relatório Anual de 2014 sobre os projetos e atividades da FAO em apoio às organizações de produtores e cooperativas aborda as faces de atuação da instituição. As ações direcionam-se à facilitação da participação política e voz ativa de OP’s e cooperativas, suporte ao desenvolvimento de capacidades organizacionais e individuais, promoção de ambientes governamentais propícios ao desenvolvimento das organizações, geração e compartilhamento de conhecimento (FAO, 2015).

A FAO ainda trabalha na perspectiva que presa pela inovação, onde as OP’s e cooperativas são tidas como catalisadoras da inovação, dando suporte para que a agricultura familiar explore o seu potencial em garantir a segurança alimentar. Esse enfoque nas OP’s como impulsionadoras para o alcance dos objetivos da FAO, levou, inclusive, à elaboração de um módulo específico, dentro do FAO Capacity Learning Modules, sobre a temática: “Organization analysis and development” (módulo 4). O foco está no fortalecimento de organizações, especialmente, familiares, assim como, dispor ferramentas para que o ambiente ao entorno (governo, empresas privadas, mercado) possibilite alternativas (FAO, 2013).

Resumidamente, o aperfeiçoamento das capacidades das organizações de pequenos produtores familiares é interpretado como um fator essencial para a trajetória que almeja a erradicação da fome motivada pela segurança alimentar potencial do rural. A relação com a extensão rural estaria intermediada pelos manuais propostos aos agentes de desenvolvimento, distanciando-se de uma abordagem mais direta aos agricultores.

2.2 Modernizing Extension and Advisory Services (MEAS)

O MEAS (*Modernizing Extension and Advisory Services*) consolida-se como um centro de excelência destinado à promoção e apoio de abordagens transformadoras no campo da extensão rural. Sua atuação alcança áreas compreendidas como emergentes na esfera da segurança alimentar e do desenvolvimento econômico, tais como, África, Ásia, Oriente Médio, Europa Oriental e América Central (MEAS, 2019). Sua abordagem central trabalha em três principais esferas: o ensinar, através da disseminação de materiais com abordagens modernas de extensão rural e de fácil entendimento; o aprender, por meio da documentação de experiências e casos exitosos; e, o aplicar, pela elaboração de programas modernos de extensão e serviços de assessoria rural protagonizados pelos Estados Unidos (MEAS, 2019).

Especificamente em relação à extensão rural, o MEAS explicita a fase transitória que o sistema de extensão rural perpassa, mudando seu foco da transferência de tecnologia para estratégias que atuem como facilitadoras e interlocutoras de intervenções em distintos contextos. A lacuna existente, em países em desenvolvimento, referente às dificuldades de acesso às tecnologias e a recorrente insegurança alimentar, são exemplos das necessárias intervenções que ficam a cargo da extensão rural (SUVEDI; KAPLOWITZ, 2016).

Nesse rol, o extensionista encarrega-se desta tarefa cada vez mais densa, pois a realidade complexa do rural demanda do profissional conhecimentos em educação, práticas participativas, comunicação, dentre outros, requeridos para a atualidade. Além disso, representam o elo entre políticas agrícolas, pesquisa e educação com os agricultores, organizações não governamentais (ONG's), organizações de produtores e interessados do setor privado (SUVEDI; KAPLOWITZ, 2016). O projeto MEAS dedica-se a diferentes temáticas que estão ao alcance da extensão rural desde questões mais práticas, como mercados e os pequenos agricultores, discussões institucionais que abarcam a sustentabilidade financeira dos serviços de extensão rural em países em desenvolvimento, até a organização de produtores, discutida como fundamental e com foco direcionado ao mercado.

Para isso foram desenvolvidos diferentes manuais que abordam as habilidades requeridas para o aumento da produção e melhorias de marketing em grupos de pequenos produtores. Os manuais trazem sugestões sobre: organização e gerenciamento de grupos, gestão financeira, marketing e agroindústria, gestão de recursos naturais e inovação (CRS; MEAS, 2015). Outras publicações trazem casos como experiências e deixam clara a abordagem adotada atualmente, sobre extensão rural, baseada na orientação para a demanda apoiando o aperfeiçoamento de

algumas capacidades dos agricultores, especialmente, acerca da organização dos produtores (BINGEN; SIMPSON, 2015).

Conforme Bingen e Simpson (2015) organizações que emergem organicamente motivadas por interesses comuns dos agricultores, encontram menores dificuldades em estabelecer consensos. No entanto, os aspectos burocráticos e adesão às regulamentações governamentais passam a exigir mais habilidades para essa inserção. Essas considerações revelam o caráter teórico encontrado em artigos disponibilizados pelos MEAS.

Desta forma, se faz possível verificar que dentre as três agências internacionais citadas até o momento, o MEAS é a primeira focada na extensão rural, sobretudo, ao tratar da modernização da extensão rural tanto em relação às inovações quanto à necessidade de expansão do rol de abordagens e práticas empregadas.

2.3 Global Forum for Rural Advisory Services (GFRAS)

O *Global Forum for Rural Advisory Services (GFRAS)*, historicamente, consolidou-se como referência nas discussões internacionais sobre extensão rural, como exposto na introdução deste artigo. A melhoria da prestação de serviços de assessoria para as famílias produtoras rurais configura-se como seu principal foco, já que esta colabora positivamente nas condições de vida no rural, na redução da pobreza e da fome. A partir disso a missão do GFRAS centra-se em apoiar os serviços de assessoria rural pluralistas orientados pela demanda, buscando um desenvolvimento sustentável (GFRAS, 2019).

A definição de extensão rural engloba “todas as diferentes atividades que oferecem informação que necessitam e demandam os agricultores e outros setores em entornos rurais”. Com isso, a extensão buscar auxiliá-los no desenvolver de habilidades técnicas, organizativas e de gestão com o intuito de aperfeiçoar suas subsistências e bem-estar (GFRAS, p. 2, 2016).

Para tanto foram determinadas cinco áreas cujo objetivo busca a potencialização dos serviços de extensão rural: determinar as abordagens mais apropriadas para cada determinação de demanda em acordo com as diferentes realidades; aderir ao pluralismo na prestação de serviços, justificado pela diversidade de atores e de necessidades, ou seja, diferentes provedores para diferentes clientes; prestação de contas aos clientes; desenvolver recursos humanos, focando em ações que superam apenas a transmissão de conhecimentos técnicos, mas que capacitem os clientes a trabalharem com incertezas e variabilidades; e, por fim, garantir que haja

sustentabilidade dos projetos desenvolvidos pelos diferentes prestadores de serviço de assessoria rural (GFRAS, 2016).

Analicamente, se observa que a perspectiva do agricultor como cliente permanece nas instruções normativas conduzidas pelo GFRAS, como pode ser percebido no parágrafo anterior proveniente de um resumo informativo sobre as cinco áreas mobilizadas para uma satisfatória prestação de serviços de extensão rural. Desta forma, a investigação em materiais que focam a organização social, permite enunciar nuances que desdobram as organizações de produtores como potenciais clientes, pois isto facilitaria a condução dos serviços de ATER orientados pela demanda.

Isso é retratado, por exemplo, no documento que identifica o papel das organizações de produtores frente aos serviços de extensão rural. De forma geral, as organizações de produtores possuem conhecimento sobre os contextos, demandas e necessidades de seus membros, apresentam elevado nível de capital social, espaços para proporcionar aprendizados e experimentações inovadoras, meios que permitem o aperfeiçoamento das capacidades locais, e assim por diante (GFRAS, 2014).

Especificamente sobre a orientação para a demanda, o papel das organizações de produtores é fundamental na definição das demandas. Essa função das organizações permite com que sejam identificadas as necessidades individuais, organizadas as prioridades compartilhadas, formuladas e articuladas as demandas, seja negociado o conteúdo, enfoque e financiamento dos serviços de extensão e, por fim, facilitadas as relações com outros atores dos sistemas de inovação (GFRAS, 2014).

O reconhecimento de todas essas funções facilitadoras é recorrente em todas as reconfigurações que a extensão tem perpassado, evidenciando o papel cada vez mais importante das organizações de produtores para os sistemas de inovação agrícola. A complexidade dos sistemas agrícolas envolvendo inúmeros atores reconduziu a forma como os agricultores mais pobres acessavam recursos e faziam usos de informações (GFRAS, 2014b).

O GFRAS vem trabalhando constantemente em uma perspectiva de uma nova extensão rural, de um novo extensionista. Nessa abordagem elaborou 13 módulos de aprendizagem que buscam alcançar os diferentes atores da extensão rural, enfatizando a expansão da extensão no atual sistema de inovação, assim como, o desenvolvimento de novas capacidades frente aos desafios vigentes (GFRAS, 2012).

O material de aprendizagem reconhece a relevância das organizações de produtores para a extensão rural, traduzindo-as em um módulo específico: “Module 9 – Farmer Organisational

Development”. A tarefa da extensão está em ajudar os agricultores em desenvolver suas capacidades para a formação de organizações fortes e sustentáveis; o papel do novo extensionista foca em orientações que garantam organizações sustentáveis e que atendam as necessidades de seus membros (ELIASI, 2016).

Destaca-se que a abordagem teórica do GFRAS, fundamentada na perspectiva de orientação da demanda e desenvolvimento de capacidades, se apoia em alguns aspectos apontados pela FAO, como é o caso da perspectiva do desenvolvimento de capacidades. Assim, esta abordagem tendo origem nos materiais publicados pela FAO abre espaço para que sejam empregados aportes de tal agência.

A próxima subseção traz alguns apontamentos sobre a Relaser (Red Latinoamericana para Servicios de Extensión Rural), uma das redes regionais de serviços de extensão rural que intermedeia as ações do GFRAS. Considerando que o GFRAS é a principal referência sobre extensão rural em âmbito internacional, e que sua visão frente às organizações sociais dá subsídios para as demais discussões, indica-se este como aporte teórico, principal, para as discussões locais e empíricas que seguem. Ainda há que se fazer a ressalva que, em maioria, o aporte traz documentos institucionais demandando maior cautela em seu uso, mas abrindo espaço para leituras mais particulares.

2.4 A Red Latinoamericana de Servicios de Extensión Rural (RELASER)

A Red Latinoamericana de Servicios de Extensión Rural (RELASER) foi criada em 2010 sob a liderança do GFRAS buscando atuação pontual na América Latina para discussões sobre a situação atual da extensão rural e, alternativas para melhorias. A rede ainda conta com os fóruns nacionais, no intuito de alcançar mais detalhadamente os países participantes. Como se trata de uma extensão do GFRAS, as perspectivas adotadas são as mesmas do fórum contemplando o recente paradigma da extensão rural: serviços descentralizados, enfoque multidimensional, pluralismo institucional, orientação ao mercado e objetivos dos produtores, extensão orientada pela demanda e para a diversidade de atores (RELASER, 2019).

Uma das notas políticas publicadas pela rede busca reafirmar a extensão rural como parte de um sistema de inovação, sintetizando elementos a serem discutidos na América Latina e Caribe. As organizações, em suas diferentes dimensões, se mostram fundamentais para consolidar um sistema de inovação, pois são elas que irão definir *o que* e *como* inovar. Nesse rol, as decisões participativas ganham espaço nas práticas extensionistas (LACAYO, 2012).

A aproximação de formas ancestrais de saber com as novas demandas buscam espaços no mercado, assim como, a inserção de inovações nas formas de fazer também contribuem para a inserção de agricultores nos mercados. Desta forma, a extensão rural deve ser compreendida como um componente da inovação e, esta, por si, deve dar respostas às demandas contemplando uma gama de propostas aos seus usuários (LACAYO, 2012).

Em suma, a publicação GFRAS sobre o “Novo extensionista” tem servido de base para as discussões nos fóruns nacionais, em que cada país toma para si os pontos mais importantes ao debate. O Chile, por exemplo, elegeu seis temas a serem trabalhados dentre os quais um se denomina extensão rural em organizações de produtores. Partindo disso, foram nomeados os responsáveis para cada item e propostas as respectivas ações (RELASER, 2016).

Assim, cada um dos nove fóruns nacionais identifica suas prioridades e, de modo mais objetivo, elegem suas ações para o alcance prático da extensão rural aos agricultores. Pode se perceber que as informações contidas na plataforma da RELASER se resumem a documentos que a identificam, com base no GFRAS, e, materiais que visualizam as iniciativas de cada fórum na tentativa de consolidar as perspectivas de uma extensão pluralista e orientada pela demanda.

3 Sentidos do fazer metodológico

Os caminhos percorridos estão em acordo com a proposta da disciplina de Experiências em Extensão Rural do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFSM. A disciplina proporciona aos doutorandos a visualização de realidades da extensão rural em âmbito internacional, vinculada ao aporte teórico que remonta, aos principais autores, perspectivas, e, especialmente, às agências internacionais de desenvolvimento e suas respectivas abordagens frente aos diferentes contextos habitados pela extensão rural.

A realização do trabalho se inicia em sala de aula, buscando a identificação dos interesses de investigação de cada doutorando; na sequência há um prévio reconhecimento da realidade a ser visitada para posterior à organização e trâmites necessários, encontrar com os estranhamentos que a visita proporciona. Esses estranhamentos podem ser resultantes do que Araújo e Quaresma (p. 29, 2014) comentam sobre o impacto que a visita técnica tem no ambiente de aprendizagem, pois busca suscitar a “vivência de experiências distintas e da contextualização das experiências, histórias e culturas diversas numa perspectiva interdisciplinar, tendo em vista aproximar e contextualizar conhecimentos e realidade”.

A experiência visitada foi realizada nos municípios de Santana do Livramento (RS/Brasil) e Rivera (Uruguai), por tratar-se de uma realidade peculiar em que a fronteira entre os dois países se dá em uma linha imaginária localizada na chamada Praça Internacional (Fronteira da Paz).

As reuniões e visitas realizadas permitiram distintas percepções sobre a extensão rural, independente de se tratar de um contexto de fronteira seca. Em Rivera, o grupo se reuniu, em diferentes momentos, na Universidad de la República (UDELAR) contando com o apoio de docentes e demais colaboradores que explanaram sobre a extensão uruguaia, assim como, temáticas específicas que estariam inseridas nas discussões acadêmicas e nas ações de extensão. Em Santana do Livramento, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), alguns docentes e colaboradores também apresentaram seus projetos e temáticas trabalhadas, assim como, cederam espaço para uma breve explanação do técnico da Emater participante na atividade; a conversa com o técnico da Emater teve continuidade no dia seguinte.

As visitas nas realidades rurais, uma em cada “lado” da fronteira, refletiram parte significativa do que se havia falado nas prévias reuniões, estimuladoras de novos questionamentos. Essas visitas, a do lado brasileiro em um estabelecimento da pecuária familiar de propriedade feminina e do lado uruguaio uma cooperativa de pecuaristas familiares, permitiram a exploração de diferentes problemáticas, os quais foram levantados pelas motivações pessoais, em grande medida, impulsionadas pelas prévias temáticas debatidas em sala de aula. Assim, em conversas informais com os agentes que receberam a turma, cada doutorando percorria o caminho na busca por elementos que lhes fossem pertinentes em sua investigação, direcionando esta discussão à cooperativa visitada.

A abordagem qualitativa conduziu todo o processo metodológico e reflexivo, pois esta perspectiva possibilita a entrada para o entendimento dos significados, das motivações, dos valores atribuídos pelos sujeitos em suas realidades. Tudo isso está inserido na realidade social, assim como as representações, as relações e as intensões. É nesse universo que a pesquisa qualitativa permite, através de suas ferramentas, a interpretação das realidades aos olhos dos pesquisadores (MINAYO, 2009).

Desta forma, o presente trabalho percorreu as três etapas que Minayo (2009) salienta em uma pesquisa qualitativa: a fase exploratória, realizada ainda em sala de aula com as contribuições individuais sobre a realidade a ser explorada; trabalho de campo, possibilitado pela disciplina no momento das experiências visitadas e, a análise e tratamento do material empírico.

O resgate bibliográfico representou grande parte deste esforço, pois a experiência visitada além de possibilitar algumas observações sobre a realidade, despertou a necessidade de

maior conhecimento sobre o contexto. Os materiais disponibilizados por sujeitos visitados, assim como, a investigação em outros materiais, artigos e livros auxiliaram nessa retomada, vislumbrando o caso empírico da cooperativa como ilustrativo às reflexões.

Em termos gerais, esta pesquisa delinea-se como descritiva por apresentar elementos que descrevem algumas das características da população ou fenômeno investigado e contribui para problematizar novas visões sobre uma realidade, uma temática (GIL, 2008). A observação foi uma das técnicas presentes, essencial aos trabalhos de campo como afirma Minayo (2009), assim como a entrevista com dois produtores e o técnico responsável pela Cooperativa.

4 A trajetória da extensão rural uruguaia, atores e a organização de produtores

A diversidade de entendimentos do conceito de extensão rural é significativamente ampla e, junto com ela surgem inúmeras práticas, desde o apoio técnico e gerencial abrangendo grandes e pequenos produtores, na Europa e América do Norte, passando pela Ásia e África e o intuito de modernizar os pequenos produtores, até atividades focadas em famílias rurais mais necessitadas, especialmente, na América Latina. No entanto, parece que a América Latina se movimenta pelos distintos enfoques da Extensão Agrária ou Rural (PICOS, 2014).

No caso uruguaio a situação não se difere e, o contexto atual exhibe uma heterogeneidade de atores prestadores de serviços inseridos em instituições e organizações, multiplicadoras de diferentes conexões e arranjos entre si. De forma semelhante aos outros países da América Latina, a história da extensão rural uruguaia desenvolveu-se pelo caminho moldado pelos Estados Unidos e, a base teórica primária centrou-se em Rogers e Shoemaker (PICOS, 2014).

Pensando um marco institucional da extensão Rural no Uruguai, Landini e Riet (2015) propõe três distintos períodos históricos. A primeira fase abrange da década de 50 até a década de 70 podendo ser denominada como “a proposta modernizadora e o Estado do Bem-estar”. Nessa fase, a influência dos Estados Unidos primou pela modernização agrícola resultando, em 1957, na criação do Plan Agropecuário inserido no que hoje se tem por Ministerio de Ganadería, Agricultura e Pesca (MGAP); no mesmo ano é elaborada a disciplina de sociologia rural e extensão para o curso de agronomia da Universidad de la República (LANDINI; RIET, 2015).

Em 1961, conforme Picos (2014), é criado o Instituto Fitotécnico La Estanzuela, uma iniciativa entre o poder executivo e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no qual origina o Centro Nacional de Extensión Agropecuaria operante entre 1963 e 1967. Também é na década de 60 que surgem iniciativas privadas de extensão rural, originadas na

formação de grupos de produtores, os chamados Centros Regionais de Experimentação Agrícola (CREA). Já na década de 70, outra iniciativa privada de extensão parte da Cooperativa Nacional de Produtores de Leche (CONAPROLE), a qual financia grupos de produtores de leite (LANDINI; RIET, 2015). Nota-se que já na primeira fase da extensão uruguaia emergem iniciativas privadas originadas em grupos de produtores.

A segunda fase, entre a década de 80 até 2004, contempla um cenário neoliberal, de privatizações e modernização institucional. Como destacam Diesel et.al. (2008), a década de 80 foi protagonista em crises econômicas e fiscais que motivaram questionamentos sob o papel do Estado resultando em compressão da sua atuação e desencadeando processos de privatização de serviços e empresas estatais. No Uruguai com a retirada do Estado, houve o desmantelamento do sistema de serviços de extensão rural, assim como, a situação de produtores familiares e assalariados se agravou negativamente devido à precariedade das regulações trabalhistas (MORAES; OREGGIONI; PICOS, 2010).

Nesse período, em 1996, cria-se o Instituto Plan Agropecuário compreendido como “um organismo de direito público não estatal”, que abre espaço para ações de extensão agrária e capacitação relacionadas à transferência de tecnologia para a agropecuária; apoia produtores rurais com suporte do MGAP, elabora planos e projetos de desenvolvimento a nível local, regional e nacional, dentre outras ações. Nesse sentido, sua atual missão centra-se em gerar informações e conhecimentos aos produtores para que possam melhorar seus processos de decisões e, assim, seus desenvolvimentos econômico, familiar e humanos sejam beneficiados (TOMMASINO; HEGEDÜS, 2006).

Em 2004, com a elaboração do Projeto Integrando Conhecimentos que a atuação do Instituto passa a concentrar suas atividades nas propriedades rurais, gerando espaços para discussões participativas com os técnicos no intuito de apoiar os participantes tecnicamente e em termos de gestão. Para alcançar suas intenções em gerar e difundir conhecimento, o instituto inclusive publica um livro baseado em experiências vivenciadas pelo projeto (SHAW, 2009).

Retomando as fases, a terceira, conforme Landini e Riet (2015), inicia-se por volta de 2005 e segue até os dias atuais caracterizando-se como “progressismo e neodesenvolvimentismo”. Na visão de Picos (2014), o século XXI trouxe consigo aumento das ações direcionadas à extensão, assim como, reconfigurações institucionais. Nesta atmosfera de rearranjos, o PUR (Programa Uruguay Rural) inaugurado nos anos 90 com o objetivo de eliminar a pobreza rural, também sofre reconfigurações. Agora seu foco centra-se na agricultura familiar direcionando ações para combater as causas da pobreza rural (LANDINI; RIET, 2015).

Os autores destacam que o programa se dispõe a impulsionar a organização dos produtores mais vulneráveis, com a finalidade de inseri-los nas cadeias produtivas facilitando os processos de comercialização. Nesse momento, em 2007, o MGAP realiza uma oficina com o intuito de propor um Sistema Nacional de Extensión y Asistencia Técnica, o qual serviu de aporte até o término do PUR em 2011. Na sequência, a Universidad de La República (UDELAR) inicia uma parceria com o PUR buscando estabelecer uma linha contínua para a formação dos atores locais que estariam envolvidos com a extensão rural (PICOS, 2014). Então, como destacam Landini e Riet (2015), o perfil dos técnicos passa a refletir uma proposta inovadora para a extensão rural uruguaia, ou melhor, abre-se a possibilidade de técnicos das ciências sociais trabalharem de forma integrada e articulada com áreas produtivas.

A partir do encerramento do PUR, em 2011, as políticas direcionadas às atividades produtivas familiares passam a ser responsabilidade, temporária, da Dirección General de La Granja pertencente ao MGAP. Somente em 2013, a Dirección General de Desarrollo Rural (DGDR) do MGAP lança a primeira chamada para projetos visando o fortalecimento institucional de organização de produtores familiares (LANDINI; RIET, 2015). Nesse âmbito, há que se mencionar as chamadas Mesas de Desarrollo Rural, criadas em 2007 para buscar o desenvolvimento rural e territorial. As Mesas foram criadas no contexto da lei de descentralização e coordenação de políticas agropecuárias com base departamental (CLAVIJO, 2015).

A distribuição das mesas revela, ao menos, uma por departamento, porém caso a população rural constate a necessidade de criar outras mesas em virtude de distâncias, aspectos naturais, socioculturais, essas serão criadas. Outro elemento central especifica que as discussões são realizadas a nível de representantes de organizações de produtores (especialmente familiares), mulheres, jovens, assalariados com os técnicos da extensão rural pública e demais atores coletivos rurais; “nas mesas não participam atores individuais a título pessoal, senão representantes de organizações e instituições” (CLAVIJO, p. 18, 2015).

Em nível de discussão coletiva, as mesas de desenvolvimento rural, conforme destaca Clavijo (2015), representam uma inovação institucional rompendo com um processo de organização centralizado e criando iniciativas inclusivas. Desta forma, as mesas de desenvolvimento rural podem representar uma das últimas estratégias de discussão coletiva criadas no rural uruguaio, pois como a seção seguinte demonstra, outras formas organizativas de produtores rurais, por exemplo, têm permeado o histórico das iniciativas de extensão rural.

4.1 Organizações de produtores e algumas experiências em extensão rural

A partir do panorama apresentado, nota-se que em alguns momentos as organizações de produtores são mencionadas como estratégicas para o contexto atual da extensão rural uruguaia. Por conseguinte, Piñero e Fernández (2008) destacam a importância para os técnicos que trabalham a campo em compreender o papel das organizações rurais.

Por um lado, as organizações podem ter uma grande influência em termos de mudanças políticas e ações específicas para cada grupo de interesse. Por outro lado, alguns tipos de organizações facilitam processos de compra e comercialização de produtos, assim como, desempenham o papel de empregadoras de técnicos de distintas áreas do conhecimento. Ainda há aquelas organizações que se constituem a partir do impulso de um técnico, responsável pela organização, dinamização e orientação técnica dos produtores (PIÑERO; FERNÁNDEZ, 2008).

No caso uruguaio, há uma variedade de organizações rurais carregadas de peculiaridades incluindo “desde as cooperativas agrárias, as sociedades de fomento rural, os grêmios, aos grupos de produtores e os sindicatos de assalariados rurais”. Dentre os diferentes tipos de organizações de produtores, a Asociación Rural del Uruguay (ARU) foi a primeira a ser registrada no país, em 1871, e, ainda permanece ativa. É uma organização privada, sem fins lucrativos, composta por agricultores empresariais (PIÑERO; FERNÁNDEZ, p. 4, 2008).

A ARU, assim como a Federación Rural (FRU), historicamente são conhecidas como organizações destinadas a lutar pelos interesses de grandes proprietários de terras, os chamados estancieiros dedicados à atividade pecuária. A atuação dessas organizações perdura por décadas para buscar seus interesses contribuindo para a história das organizações rurais do Uruguai, entoadando seu caráter político (RIELLA; ANDRIOLI, 2004).

Em um segundo momento, em 1933, é criada a Asociación Nacional de Productores de Leche que se formou pela necessidade de concentrar um centro para industrialização e comercialização láctea. Desta iniciativa, em 1936, é fundada uma das mais conhecidas cooperativas uruguaias, a Cooperativa Nacional de Productores de Leche (CONAPROLE). O preço do leite foi, e ainda é, uma das grandes problemáticas para a associação. A partir de 1970, a associação amplia o alcance de seu programa contemplando seus associados com serviços desde a assessoria técnica, serviços de maquinário, administração até assistência em saúde, programas de apoio familiar, dentre outros (PIÑERO; FERNÁNDEZ, 2008).

Outra importante instituição é a Federación Uruguaya de Centros Regionales de Experimentación Agropecuaria (FUCREA) criada em 1966 para reunir os chamados Grupos CREA e os produtores que os compõem. Esses grupos têm por princípio auxiliar na melhoria econômica e financeira dos produtores fazendo uso dos recursos disponíveis nas propriedades rurais. O

trabalho é desenvolvido através das trocas de ideias e experiências contando com o auxílio de um técnico para facilitar as atividades (FUCREA, 2018). Os grupos CREA consolidam parte da experiência privada dos serviços de extensão rural, no entanto, nota-se considerável queda no número de grupos atuantes quando comparados à década de 1970. Além disso, Tommasino e Hegedüs (2006) salientam que as investigações sobre metodologias grupais têm sido escassas.

Além das organizações citadas, Piñero e Fernández (2008) destacam outras importantes iniciativas organizativas como a Comisión Nacional de Fomento Rural, Confederación Granjera del Uruguay, Cooperativas Agrária Federadas, Centro de Viticultores, Asociación de Mujeres Rurales e as organizações de assalariados rurais. Os últimos, representam um dos maiores grupos do rural uruguaio, com suas origens em 1932, em que surgem as primeiras organizações de trabalhadores dos arrozais; depois, em 1944, sindicalizam-se os peões dos tambos e, a partir de 1950 há uma significativa difusão sindical até 1973 com o golpe militar. Em 1985 há o ressurgimento do sindicalismo e, em pouco tempo cria-se a Federación Nacional de Asalariados Rurales (PIÑERO; FERNÁNDEZ, 2008).

As organizações apresentadas, em maioria, têm por objetivo a defesa de direitos políticos de diferentes categorias sociais. Não seria cabível falar em organização social e deixá-las ocultas, já que representam significados históricos para o rural uruguaio, dando origem a algumas das cooperativas atuais. Neste contexto, há que se destacar as diferentes particularidades dessas cooperativas do país e a vinculação que elas têm com as organizações e movimentos destacados anteriormente, como salientam Bertullo et. al. (2004).

As chamadas cooperativas agrárias estão presentes na economia do país desde 1915 com suas origens nas Sociedades de Fomento Rural. Em 1920 ocorrem as primeiras iniciativas para o reconhecimento perante a lei, porém é somente em 1941 que se cria uma lei específica para tal modalidade cooperativa regulamentando as atividades de produção e comercialização. Os cooperados são produtores rurais independentes em relação à posse da terra e atividade produtiva. A função da cooperativa se centra em compras de insumos e equipamentos e realiza a comercialização dos produtos. Algumas possuem estruturas de armazenagem, silos, serviços técnicos e maquinário (BERTULLO et. al., 2004).

De modo geral, as formas organizativas da agricultura familiar uruguaias, ao decorrer dos períodos tem adaptado suas ações em acordo com as necessidades dos agricultores. Em primeiro momento, foram trabalhadas estratégias aos desafios frente à comercialização, como por exemplo, organização da produção. Na sequência surgem os desafios relacionados ao processo

de modernização tecnológica e, por último, novos desafios de comercialização impulsionados pela globalização (FIDA, 2014).

Nesse rol se observa que, por vezes de modo direto, e outras de modo indireto, as organizações rurais fizeram parte do desenrolar da extensão rural uruguaia. Em primeiro momento, se aproxima mais de serviços privados, prestados para os membros das organizações com um viés difusionista. No entanto, a literatura revela o ano de 2005 como marco para o repensar da extensão rural, em que o país passa a apresentar uma situação particular no contexto latino-americano. Visto o significativo número de cientistas sociais na extensão rural, as abordagens tomam outros contornos e o trabalho com grupos de produtores passam a ocupar lugar neste novo enfoque (LANDINI; RIET, 2015).

Com as renovações, são criadas formas de relação com o Estado, especialmente, no âmbito das organizações de produtores, pois estas devem desenvolver mecanismos para suas expressões e interesses coletivos. Como mostram Mañan et. al. (p. 50, 2010), “é assim que está nascendo uma nova institucionalidade de relacionamento entre os produtores e o Estado” resultando em um repensar das duas instâncias.

Esses mecanismos a serem desenvolvidos pelas organizações de produtores, parece se aproximar do que o GFRAS (2014) destaca sobre a importância das organizações de produtores para um direcionamento e definição de demandas. Concordando com isso, o Programa Fida Mercosur Claeh (2014) frisa a presença histórica das formas organizativas no rural, ao mesmo passo que atesta sua importância em fomentar a capacidade inovativa e de articulação entre os agricultores, e suas organizações, no intuito de encontrar alternativas aos desafios presentes.

Apesar da importância enfatizada, Mañan et. al. (2014) comentam sobre a in experiência das organizações, em consequência dos rompimentos com a lógica organizacional de gerações anteriores. Em tempos passados o financiamento pelo Estado aos produtores individuais causou uma relação de dependência implicando em fragilidades à autonomia das organizações.

De tal maneira, o fortalecimento das organizações passou a ser prioridade até o final do PUR, em 2011, com a justificativa de ser um dos principais instrumentos para obter ganhos de negociação com diferentes atores seja Estado, atores econômicos ou sociais (GARET et. al. 2011). Essa experiência revela elementos subjacentes da tentativa do Estado, em dar o suporte para o fortalecimento das capacidades das organizações, e assim, torná-las autônomas.

Em publicação elaborada para identificar as ações do PUR de 2005 até 2010/2011, três temáticas interligam-se: fortalecimento organizativo, assistência técnica e extensão rural e o financiamento rural. Como já mencionado, o fortalecimento organizativo foi destaque para as

ações do PUR, pois conforme Garet et. al. (2011), inicialmente, era apenas uma atividade do programa, mas com o seu desenvolver passa a objetivo central.

Com o desenvolvimento das capacidades organizativas foi possível, inclusive, que algumas organizações elaborassem projetos a serem apresentados a outros agentes financiadores. De forma semelhante, os processos de autogestão estimulam maior controle dos recursos empregados em um processo produtivo, porém isso demanda tempo e estratégias da equipe técnica atuante para não criar uma relação de dependência com os grupos de produtores. Nesse rol, a assistência técnica e extensão rural buscaram mudanças de foco, ao invés de um olhar difusionista, necessitara ofertar um apoio funcional direcionado à identificação de problemas e geração de soluções (GARET et. a. 2011).

Foram destinados recursos às organizações de produtores para que os próprios contratassem seus técnicos e assim fosse realizada a “participação dos destinatários/as na definição dos objetivos e a gestão dos projetos”, logo, como resultados, o PUR deixa uma gama de técnicos preparados para as ações de desenvolvimento rural, tal qual uma quantidade significativa de organizações experientes em gestão de serviços de assistência técnica. Não menos importante, as ações de financiamento deram suporte estratégico para a organização coletiva e a inserção nas cadeias produtivas contemplando diferentes ferramentas como, microcrédito, fundos rotatórios, fundos de inversão produtiva, dentre outros. As diferentes modalidades buscaram a segmentação dos destinatários, em que alguns foram subsidiados enquanto outros participaram de iniciativas de cofinanciamento da assistência técnica (GARET et. al. p. 88, 2011).

Com esses breves apontamentos, nota-se que importantes ações e agentes foram mobilizados, mas que, em sentido amplo, a organização dos produtores perpassa pela instrução normativa do GFRAS, ou melhor, organizar e fortalecer as capacidades dos produtores familiares para que desenvolvam sua autonomia e, assim, reduzam suas demandas por serviços de assistência técnica públicos. Fato, este que se exemplifica com o término do PUR e, a “autoafirmação” dos benefícios aos seus destinatários. Este termo, destinatários, também causou algumas inquietações e talvez contradiga a proposta participativa e centrada na autogestão das organizações, pois refere-se a aquele que se envia algo.

Diante de tal cenário, outras iniciativas provenientes do MGAP, e com antecedentes no PUR, revelam experiências para a reflexão sobre o papel das organizações de produtores para a extensão rural uruguaia. O livro “Formación para el desarrollo rural” relata algumas experiências

da UdelaR em ações nas chamadas Mesas de Desarrollo; traz consigo experiências em diferentes departamentos do país (MAÑAN et. al. 2010).

De modo geral, algumas opiniões sugerem que o papel das organizações de produtores parece ainda não estar claro no contexto das Mesas. Da mesma forma, alguns aspectos são pontuados como barreiras ao funcionamento, tais como, dificuldades de comunicação entre diferentes atores, dificuldades metodológicas de condução das Mesas, tensões entre discussões territoriais e setoriais, certos problemas de representatividade, dentre outras (CAZZULI, et. al., 2011; MAÑAN et. al. 2010).

Na Mesa de San José, aproximadamente, trinta e uma organizações têm participação nas discussões entre associações, sociedades de fomentos, cooperativas, grupos informais de produtores familiares, empresariais, mulheres e outras atividades econômicas. Nestas organizações encontram-se diferentes níveis de participação sendo que doze podem ser classificadas como constitutivas da Mesa. Apesar da diversidade de atores, suas características gerais a identificam como agropecuária, pois a aproximação de diferentes grupos representando atividades alternativas à agropecuária, foi aos poucos distanciando-os e não sustentou sua participação. Com isso, a agenda “é altamente homogênea, com forte ênfase em temas vinculados à gestão de políticas públicas de apoio à produção agropecuária familiar ou de média escala” (MÁRQUEZ, p. 123, 2014).

Em resumo, percebe-se que as iniciativas das mesas de Desarrollo operam em uma linha menos relacionada à extensão rural propriamente dita, mas de certa forma demandam mecanismos de mobilização dos diferentes atores para as discussões. Todavia, alguns materiais publicados, fora do contexto institucional, realçam as dificuldades de atuação das mesas e de desenvolvimento da proposta do MGAP, pois no âmbito das organizações sociais, algumas categorias parecem ter maior participação que outras, fragilizando a equidade da atividade.

Posto isto, a seção seguinte busca refletir sobre uma experiência específica de uma Cooperativa Agrária, apresentando suas configurações de modo a caracterizá-la como ilustrativa à discussão. Os cooperados comentam suas perspectivas e olhares, inclusive, sobre as Mesas de Desarrollo. A reflexão auxilia a alinhar o entendimento do papel das organizações sociais para a extensão rural, com a ressalva que se trata de um caso específico.

4.2 Cooperativa Agrária: ilustração para a consolidação do sistema de extensão rural pluralista?

A Cooperativa Agrária visitada está localizada dentro de uma área protegida denominada de Valle de Lunarejo. Dentro desta, situa-se a fração de terra da cooperativa que está inserida na Colônia Aparicio Saravia. A denominação colônia se dá por se tratar de propriedade do Instituto Nacional de Colonização (INC). O INC foi criado em 1948 por meio da lei nº 11.029 configurando-se como ferramenta para a promoção da subdivisão racional de terras, adequada exploração, bem-estar do trabalhador rural buscando a melhoria da produção agropecuária (INC, 2018).

Os informantes destacaram que o ano de 2005 marcou uma transição em termos políticos, pois, até então, a orientação era a reprodução das grandes estâncias mantendo as relações sociais de exploração entre patrão e peão, inclusive por parte do INC. Contudo, em 2005, o perfil socioeconômico dos aspirantes às terras do INC se modifica buscando a contemplação daqueles que não tem terras. A orientação permanece até os dias atuais, a qual destina-se às formas associativas de produtores (Técnico, 2017). Essas informações corroboram com o que Landini e Riet (2015) comentam sobre a última e atual fase da extensão rural no Uruguai, ou melhor, um importante momento para compreender algumas das mudanças institucionais ocorridas na extensão rural.

A destinação das áreas do INC às formas associativas consta na lei nº 11.029 no art. 60 como um dos requisitos preferenciais das condições aos aspirantes, ou seja, que se organizem em cooperativas ou sindicatos (URUGUAY, 1948). No entanto, recentemente, parece haver a efetivação deste requisito, pois da totalidade dos projetos coletivos, 60% se desenvolveram entre 2010/2014. A gestão em questão, destaca a importância em trabalhar por esta perspectiva, já que, além de permitir um maior número de pessoas acessarem à terra ao mesmo tempo, possibilita “articular capacidades, articular os recursos disponíveis, articular conhecimentos, construir respostas coletivas e construir alternativas” (TERRA, p. 119, 2015).

A articulação de capacidades, recursos e conhecimentos para a elaboração de alternativas coletivas, parece caminhar na mesma instrução geral da FAO, presente também nas orientações GFRAS, sobre o fortalecimento das capacidades organizacionais e individuais gerando um ambiente propício ao desenvolvimento das organizações (FAO, 2015). Após a reorientação da política de colonização é concedido o direito de uso das terras do instituto e não a propriedade da terra, esta continua sendo do estado. A relação de compromisso é firmada por contrato concedendo o arrendamento com custos mais baixos em relação ao preço de mercado. No

entanto, não há modalidades específicas de políticas públicas que deem suporte à atividade produtiva a ser desenvolvida nas áreas do INC (Técnico, 2017).

Conforme relatou um dos cooperados, as famílias produzem aquilo que sabem produzir, não sendo determinado pelo instituto. No caso da cooperativa visitada, trata-se de pecuaristas familiares dedicados à pecuária de corte, especialmente na fase da recria, trabalhando com animais Angus e Brangus. A área em questão é de aptidão a esta atividade de produção, ficando a característica produção leiteira uruguaia em outras localidades (Cooperado, 2017).

Ao questionar sobre a formação do grupo, os participantes relataram que se deu a partir de uma chamada do INC. Na oportunidade, o grupo se formou, especificamente, para tal chamada e, assim, foi selecionado dentre outros que também haviam se inscrito para a uso da área em questão. Cada produtor membro, anteriormente, trabalhava com a pecuária através de diferentes estratégias, já que nenhum é proprietário de terras. Alguns arrendavam áreas de seus padrões para realizar pequenas criações, enquanto outros, criavam seus animais nos chamados “corredores”, ou estradas secundárias.

Nota-se proximidades com o que Lacayo (2012) comenta, em nota da RELASER, sobre o papel da extensão, ou do novo extensionista, como parte (ou intermediário) entre a ancestralidade do saber e as inovações nas formas de fazer para potencializar a inserção dos produtores nos mercados. Em outras palavras, o cooperado revela o conhecimento do grupo em produzir o que sabem (ancestralidade do saber) e a extensão proporciona novas formas de fazer traduzidas no atual modo de produzir em conjunto.

O grupo configura-se como cooperativa, formalizada em 2015, e conta com sete cooperados. O início do grupo data de 2008, mas a concessão das terras foi realizada em 2010 através de um contrato de 10 anos. Os primeiros dois anos são reservados a um período de prova para verificar se o grupo cumpre com os requisitos, obrigações e se mantém. Posterior, é concedido os 10 anos, podendo haver renovação do contrato (Cooperado, 2017).

A área total aproxima-se de 1.200 hectares, sendo destes 600 hectares de área útil. O pagamento do arrendamento é realizado a cada seis meses, totalizando um valor aproximado de 12 mil dólares. O grupo se organiza para cada membro pagar um valor referente a área que utiliza, porém isso fica a cargo da dinâmica construída, pois o pagamento é realizado em nome do grupo. O rebanho se aproxima das 800 cabeças de gado (Cooperado, 2017).

No contexto das políticas públicas, o técnico retoma a discussão destacando que operações de seguro, por exemplo, existem apenas em termos de iniciativa privada. Há possibilidades de acessar crédito com taxas reduzidas para a melhoria do campo, mas há que

buscá-las. A cooperativa, a título de exemplo, conseguiu um crédito de mais ou menos dois mil dólares para assistência técnica, em que, em primeiro momento, paga-se 80% da parcela e os 20% é subsidiado pelo INC; as demais parcelas vão invertendo o percentual até que a cooperativa arque com 80% e o INC 20% (Técnico, 2017).

Esse sistema de pagamento prevê que os grupos paguem os serviços de assistência técnica partindo de uma perspectiva, de uma visão de que o produtor sempre vai avançando e criando suas possibilidades. Nesta perspectiva, os técnicos contratados não são provenientes do INC, são profissionais autônomos, escolhidos e contratados pelos grupos para dar o suporte, especialmente, a nível de gestão.

Pensando na ideia que o GFRAS (2016) traz sobre perceber a diversidade de atores como clientes e provedores de serviços de extensão, parece que a realidade da cooperativa se assemelha à tentativa de converter os produtores, a partir do desenvolvimento de suas capacidades, em pagadores dos serviços de extensão rural, mesmo que ainda o INC cubra, ao final, 20% do parcelamento dos créditos concedidos.

Em acordo com o técnico participante da pesquisa:

As políticas públicas chegam aonde tem que chegar, se existem técnicos no meio comprometidos com isso. E em algum caso, também se pode dizer que depende da organização dos produtores ou do grupo e o grau de informação, mas eu tenho percebido é que na maior quantidade dos casos, o técnico é a chave, é o vínculo. No nosso caso, eu me informo, eles me perguntam, nas reuniões a gente compartilha... tem um projeto assim, eles são os que definem, simplesmente levo a informação e eles decidem (Técnico, 2017).

No caso da cooperativa visitada, a assistência técnica se deu para suporte gerencial e organizacional, pois como destaca um dos produtores, anterior ao vínculo com o técnico, eles não sabiam trabalhar em grupo, apenas em individual. Ordinariamente, os encontros com o técnico são mensais, mais frequentes em alguns períodos a maior contato. Novamente, a busca do GFRAS (2014b) por sistemas de inovação fundamentados na complexidade dos sistemas agrícolas, parece concordar na recondução das formas como os agricultores mais vulneráveis acessam recursos e utilizam-se das informações.

As experiências do técnico revelam que alguns grupos que não possuem técnicos apresentam algumas dificuldades em relação ao acesso às políticas públicas. E, relatando sobre as políticas de apoio do INC, destaca que não há uma visão integral; as políticas são fragmentadas, cabendo aos produtores e técnicos verificar as possibilidades junto ao MGAP, INC

e demais instituições que possam disponibilizar alguma espécie de recursos aos produtores (Técnico, 2017).

O caso particular apresentado de forma ilustrativa contribui para o apontamento de algumas evidências que a partir dos documentos anteriormente pesquisados, deixava uma dúvida sobre como se procedia as ações de extensão rural no Uruguai. No entanto, no que cabe ao INC, fica claro que são escassas as alternativas ofertadas pela instituição aos colonos que passam a fazer uso das áreas de colonização. Cabe à cada organização beneficiária a escolha pela contratação ou não de serviços autônomos de extensão rural, sejam em termos técnicos produtivos ou de gestão. O crédito ofertado pelo INC é baixo havendo, em primeiro momento, um sistema de conversão dos pagamentos. Nesse sistema os grupos, ao final, irão financiar a maior parte do crédito inicialmente ofertado.

É importante destacar que essa modalidade não é divulgada de forma a alcançar a grande maioria; aqueles mais bem informados, são os que conseguem acessá-la. Desta forma, a orientação para que os agricultores se tornem clientes do sistema de serviços de extensão rural, ao menos no que cabe o INC, parece encontrar com as prescrições do GFRAS. Assim, a reformulação do acesso à terra pelo INC vinculada à reorientação política vivenciada enfatiza as organizações de produtores não por mera coincidência, afinal há uma perspectiva normativa internacional que caminha nesse percurso.

5 Considerações finais

Seria uma pretensão bastante ousada encerrar essa discussão, levando em consideração as observações aqui apontadas. Para tal feito, se assim fosse/for possível, haveria de, no mínimo, alcançar algumas experiências de cada uma das instituições mencionadas em seções anteriores. Contudo, a reflexão aqui realizada serve de aporte para compreender que parte dos sistemas de extensão rural, em âmbito internacional, revelam nuances que perpassam por um fio condutor comum. No entanto, é fundamental fazer a ressalva sobre o cuidado com materiais/publicações institucionais, os quais foram em maioria utilizados nesse esforço, pois alguns elementos por vezes habitam apenas o campo do discurso.

O processo de mudanças institucionais na extensão rural uruguaia foi bem exposto pelos autores que seguiram a discussão. O aspecto da formação de técnicos nas ciências sociais e humanas demarcou originalidade nesse processo de mudanças. É importante destacar a

importância que o ano de 2005 remete às reconfigurações da extensão rural uruguaia, pois tanto nos materiais teóricos quanto nas narrativas esse período é lembrado como marco.

Em relação a presença e inserção das organizações de produtores nos processos de mudança institucional na extensão rural, estas parecem perpassar a trajetória da extensão rural atuando como um fator importante na tomada de prestação de serviços. Contudo, levando em conta o caso ilustrativo, parece que atualmente se fortalece essa tentativa de distanciamento do serviço público com os pequenos produtores, conduzindo ao fortalecimento das capacidades organizativas como instrumento para a autonomia frente ao pagamento de serviços autônomos de extensão rural.

De modo geral, o discurso pode se mostrar ambíguo, pois por um lado a intensão de buscar o pluralismo institucional, e junto disso o estímulo à formação e consolidação de organizações de produtores, encaminha situações positivas de autonomia. No entanto, outro olhar percebe a tomada de autonomia como instrumental aos interesses do pluralismo institucional e, mais precisamente do distanciamento com a prestação de serviços e financiamento públicos. Portanto, a problemática da organização social estaria inserida no rol de estratégias à consolidação do sistema pluralista.

Desta forma, buscando a relação entre extensão rural e organização social percebe-se que em momentos a extensão auxilia, ou instrumentaliza, as organizações na formulação de suas demandas. Em um segundo momento, apontando o campo visitado como uma experiência e considerando a essencialidade teórica deste artigo, nota-se que a extensão busca se tornar prestadora de serviços servindo-se da autonomia desenvolvida previamente nas organizações.

Em suma, a distância entre os elementos expostos pela FAO e GFRAS, na intenção de converter os agricultores em clientes se demonstra próxima a realidade, visto que o fortalecimento de capacidades potencializa essa interpretação; as organizações passam a ser autônomas na contratação de seus profissionais e, esses profissionais têm a responsabilidade de ajudarem a continuidade dos grupos. Ainda assim, destaca-se que esse artigo traz uma breve aproximação com a problemática, sugerindo novas pesquisas para aprofundar a discussão.

Referências

BERTULLO, Jorge et. al. El cooperativismo em Uruguay. **Documento de trabajo del Rectorado**, n. 22, Montevideo: UDELAR, 2004.

BENÍTEZ, Raúl. Prólogo. In: FAO. **Asistencia técnica y extensión rural participativa en América Latina**. Lima: FAO, 2016.

BINGEN, James; SIMPSON, Brent. Farmer organizations and modernizing extension na advisory services: a framework and reflection on cases from Sub-Saharan Africa. **MEAS discussion paper**, Março, 2015.

CATHOLIC RELIEF SERVICES; MEAS. **Organizing and managing farmers' groups: A SMART Skills manual**. Baltimore: University of Illinois, CRS, MEAS, 2015.

CHIPETA, Sanne. **Demand Drive Agricultural Advisory Services**. Lindau: Group Neuchâtel, 2006.

CLAVIJO, Villalba Clara. **Estudios de las mesas de desarrollo rural em Uruguay como innovación institucional para la participación y la inclusión**. Montevideo: IICA, DGDR, 2015.

DIESEL, Vivien. A construção de consensos sobre o futuro da extensão rural nas organizações de cooperação internacional. In: DIESEL, Vivien; NEUMANN, Pedro Selvino; DE SÁ, Vinícius Claudino. **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

ELIASI, Benito. **Module 9: Farmer Organisational Development**. Lindau: GFRAS, 2016.

FAO. **Learning Module 4: Organization analysis and development**. Rome: FAO, 2013.

_____. **2014 Annual Reporto n FAO's projects and activities in support of producer organizations and cooperatives**. Rome: FAO, 2015.

_____. **Asistencia técnica y extensión rural participativa en América Latina**. Lima: FAO, 2016.

_____. **About FAO**. Disponível em: <<http://www.fao.org/about/vn/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FIDA. Programa FIDA Mercosur Claeh. **Contribución del cooperativismo al desarrollo de la agricultura familiar en el Uruguay**. Seminario Internacional sobre Cooperativismo en la Agricultura Familiar. Foz do Iguaçu, 2014.

FUCREA. **¿Quiénes somos?** Disponível em: <<http://fucrea.org/institucional/quienes-somos>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

GFRAS. Demandar e suministrar SAR eficaz: el papel de las organizaciones de produtores de servicios de asesoría rural. **GFRAS documento de discusión**, 2014.

_____. **Annual Report 2014**. Lindau: Global Forum for Rural Advisory Services, 2014.b

_____. **Global Forum for Rural Advisory Services Strategic Framework 2016-2025**. Lindau, Switzerland: Global Forum for Rural Advisory Services, 2015.

_____. Cinco áreas esenciales para movilizar el potencial de los servicios de asesoría rural. **Resumen informativo**, n. 1, Lindau, 2016.

_____. **About us**. Disponível em: <<http://www.g-fras.org/en/about-us/vision-mission.html>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INC. Instituto Nacional de Colonización. **Antecedentes históricos**. Disponível em: <<http://www.colonizacion.com.uy/content/view/13/269/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

LACAYO, Linda Báez. **Notas políticas – Extensión Rural como parte de um Sistema de Innovación**. Santiago, Chile: RELASER, 2012.

MAÑAN, Oscar et. al. La experiência em la Sub Mesa del Santoral de Calones. In: MORAES, Alvaro; OREGGIONI, Walter; PICOS, Gabriel. **Formación para el desarrollo rural: experiencias desde extensión universitaria en la construcción de nuevas estrategias**. Montevideo: Extensión Libros, 2010.

MÁRQUEZ, María Noel González. Caracterización territorial de San José y Cerro Largo. In: MÁRQUEZ, María Noel González. **Políticas de desarrollo rural em Uruguay: Mesas de Desarrollo Rural, actores y territorios en transformación**. Montevideo: Extensión Libros, 2014.

MEAS. **About us**. Disponível em: <<https://dev.meas.illinois.edu/about-us/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MINAYO, Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira, GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, Álvaro; OREGGIONI, Walter; PICOS, Gabriel. El “Programa de Formación de Actores Locales para el Desarrollo Rural”. In: **Formación para el desarrollo rural: Experiencias desde Extensión Universitaria en la construcción de nuevas estrategias**. Extensión Libros: Montevideo, 2010.

NEUCHÂTEL GROUP. **Common Framework on Agricultural Extension**. 2ª ed. Wageningen: Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation, 2007.

PIÑEIRO, Diego; FERNÁNDEZ, Emilio. Organizaciones Rurales. In: Marta Chiappe, Matías Carámbula, Emilio Fernández (Orgs.). **El Campo Uruguayo: una mirada desde la sociología rural**. Depto de Publicaciones Facultad de Agronomía. Montevideo: UDELAR, 2008.

RELASER. **Quienes somos**. Disponível em: <<http://www.relaser.org/index.php/quienes-somos/que-es-relaser>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SHAW, Nicolás. Prólogo. In: **Familias y campo: rescatando estrategias de adaptación**. Instituto Plan Agropecuario: Uruguay, 2009.

SUVEDI, Murari; KAPLOWITZ, Michael. **What every extension worker should know: core competency handbook**. Michigan: USAID - MEAS, 2016.

TERRA, Jacqueline Gómez. El Instituto Nacional de Colonización: vinculaciones con el regulamento de tierras de 1815. In: BICENTENARIO URUGUAY. **Tierra y producción a 200 años del reglamento agrario artigusita**. Bicentenario Uruguay/INC: Maldonado, 2015.

URUGUAY. **Lei nº 11.029** Disponível em: <<http://www.colonizacion.com.uy/content/view/14/271/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.